

Audiência discute, hoje, concessão da BR-386

Reunião promovida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ocorrerá no Teatro Univates



» Lajeado

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), promove, hoje, audiência pública para colher sugestões e contribuições às minutas de edital e contrato, ao Programa de Exploração da Rodovia (PER) e aos estudos de viabilidade, para concessão da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377 (B), para Passo Fundo, até o

entroncamento com a BR-448; e da BR-448, no entroncamento com a BR-386 até o entroncamento com a BR-116/290.

O prazo para contribuições foi prorrogado até 31 de março de 2017, às 18h, pelo formulário eletrônico disponível no link por via postal [Setor de Clubes Esportivos Sul (SCES), lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 - Brasília/DF, CEP 70200-003] ou, ainda, pessoalmente, durante a sessão presencial.

No mesmo link estão disponibilizados os estudos e informações específicas dessa concessão. Amanhã ocorrerá outra audiência pública, porém, em Soledade.

Serviço

Sessão Pública: Lajeado/RS

Data: hoje

Horário: das 14h às 18h

Endereço: Auditório do Centro Universitário Univates, Avenida Avelino Talini, 171

Capacidade: 1,1 mil lugares.

Mobilização em rede

Durante toda a quarta-feira, usuários de aplicativos para o envio de mensagem eletrônica compartilharam uma "convocação" para a audiência pública que ocorre hoje. O texto chama a atenção para o alto custo da instalação dos pedágios na forma como o governo propôs inicialmente para a concessão.

Prefeitura diz que reajuste aos servidores cobre a inflação

Lajeado - A Prefeitura de Lajeado emitiu, ontem, uma nota explicativa sobre a proposta de reajuste para os servidores. O tema foi debatido na sessão da Câmara, terça-feira. Entre os comentários, falou-se que o índice de correção oferecido pela Administração Municipal estaria abaixo da inflação no período. O mês-base do acordo coletivo é março.

Na nota, a prefeitura alega que a inflação medida pelo IPCA nos 12 meses, entre fevereiro de 2016 e janeiro de 2017, foi de 5,35%. "Exatamente o valor de reajuste proposto pela atual administração. Por isso, são incorretas as afirmações que sugerem que a atual proposta seja inferior à inflação."

O texto ainda diz que a Administração Municipal adotou e adotará como padrão para 2017 e para os próximos quatro anos considerar, para efeitos de reajuste, o índice oficial de inflação do país, o IPCA, referente aos últimos 12 meses, sempre contados desde fevereiro do ano anterior até o mês de janeiro do ano corrente.

A prefeitura optou por utilizar o período de fevereiro do ano anterior a janeiro do presente (e não o período de março do ano anterior a fevereiro do presente) porque, como a proposta precisa ser encaminhada para aprovação da Câmara de Vereadores, não haveria tempo hábil para se esperar a publicação do índice de fevereiro, o que ocorre apenas na segunda semana de março. "Ressalte-se que, caso o índice-padrão adotado pela administração fosse o dos últimos 12 meses - entre março de 2016 e fevereiro deste ano -, o valor ficaria em 4,76% este ano, já que o índice oficial de inflação vem decrescendo nos últimos meses."

Opinião

Lenira Almeida Heck
professora e escritora

Análise sobre os pedágios

O governo, primeiro, duplica as estradas com os nossos recursos, faz tudo o que é necessário. Quando está em condições de trafegabilidade (depois de pronta), entrega para alguma concessionária explorar por meio dos pedágios por um tempo. Há um período de carência, depois repassa um percentual estipulado das arrecadações, e nós, que já pagamos pela duplicação por meio das multas, dos IPVAs, taxas e outros impostos, continuamos a pagar indefinidamente por algo que foi feito com o seu dinheiro; e ainda querem cobrar caro - sem esquecer os aumentos das tarifas, que são anuais (mesmo que nada tenha sido feito na rodovia). É como se as despesas das duplicações e melhorias tivessem saído dos cofres das concessionárias, ou seja, o governo financia com o seu dinheiro, entrega para a concessionária, e esta começa cobrando sem nada ter investido, além do investimento das cancelas, construção do prédio e contratação de mão de obra, se é que tais despesas também não são financiadas. Por que pedágios tão caros?

Valores: R\$ 7 e R\$ 11 (salvo engano). Cobrança: na ida e na volta.

Salgado, não é?

Pensemos no fluxo diário de veículos. Sim, é bem acentuado. Prejuízo, jamais.

O dinheiro entra bonito, descontando as despesas com os funcionários que trabalham nas praças, diga-se de passagem, é significante a arrecadação. Tudo bem, tem serviço de guincho, socorro, mas, também, se não tivesse...

Deste modo, qualquer cidadão que tenha espírito empreendedor pode se candidatar a participar da licitação para pôr uma concessionária, assim sendo, inclusive eu. Se o governo entrega a obra pronta... Mantê-la com o dinheiro arrecadado não deve ser tão difícil, afinal, tudo é terceirizado. Difícil é o povo ter o dinheiro para pagar mais esse imposto, porque não deixa de ser um imposto. Isto será incluído na passagem do ônibus, no frete das mercadorias, também vai impactar no seu passeio, enfim...

Tem lógica uma coisa desta? E vamos aceitar assim no mais?

Será que pensam que o dinheiro do povo é capim, que nasce facilmente

no brejo? Tudo bem que aqui é um vale.

Sabemos que, mesmo recebendo as estradas em bom estado, cobrando pedágio, caro, com o passar do tempo começam a aparecer ondulações e buracos e se toma um suplício transitar. Temos exemplo: não faz muito tempo que, quem se dirigia de Lajeado a Santa Cruz do Sul, a estrada estava muito ruim (não sei se se continua, pois faz algum tempo que não passo por lá).

Em Santa Catarina, Estado vizinho, em algumas cancelas, os pedágios são menos da metade do preço cobrado aqui no Estado, e as estradas lá são ótimas, e vão nos dizer que eles não ganham o suficiente para fazer a manutenção e conservação necessária?

Isto é menosprezar a nossa capacidade de indignação. É brincar com a paciência e com a inteligência da nossa gente, justo num momento em que o povo está indignado e ardio com os nossos governantes e com toda classe política.

Esperamos coerência e lucidez, pois quem pagará essa conta de novo seremos nós, o povo.

Sujeito à análise e condições comerciais.

Crédito facilitado para você

APROVEITE

cada momento.

Crédito Consignado INSS.

Aposentados e servidores públicos municipais, estaduais e federais, contem sempre com o Banrisul.

- Crédito Consignado
- Cartão de Crédito Consignado INSS

Banrisul
O grande banco do sul.

SAC: 0800.646.1515
Deficientes Auditivos e de Fala: 0800.648.1907
Ouvidoria: 0800.644.2200
Deficientes Auditivos e de Fala: (51) 3215.1068
www.banrisul.com.br

CRÉDITO CONSIGNADO BANRISUL
banrisul.com.br/creditoconsignado

EXPEDIENTE

Diretor Geral Adair G. Weiss
Diretor de Conteúdo Fernando A. Weiss
Diretor de Operações Fabrício de Almeida

REDAÇÃO

Av. Benjamin Constant, 1034/201
Fone: 51 3710-4200
CEP 95900-000 - Lajeado - RS
www.jornalhora.inf.br
ahora@jornalhora.inf.br

COMERCIAL e ASSINATURAS

Av. Benjamin Constant, 1034/201
CEP 95900-000 - Lajeado - RS
comercial@jornalhora.inf.br
assinaturas@jornalhora.inf.br
entrega@jornalhora.inf.br

Os artigos e colunas publicados não traduzem necessariamente a opinião do jornal e são de inteira responsabilidade de seus autores.

Tiragem média por edição: 6.000 exemplares. Disponível para verificação junto ao impressor (ZH Editora Jornalística)

A Hora
Fundada em 1º de julho de 2002
Vale do Taquari - Lajeado - RS

INDICADORES ECONÔMICOS

MOEDA	COMPRA	VENDA
Dólar Comercial	3,11	3,11
Dólar Turismo	3,11	3,31
Euro	1,06	1,06
Libra	1,22	1,22
Peso Argentino	15,55	15,56

Cotação do dia anterior até 17:45h.
Valor econômico.

ÍNDICE	MÊS	% MÊS	% ACUMULADO ANO
ICV (Dírese)	01/2017	1,04	5,37
IGP - DI (FGV)	01/2017	0,43	5,99
IGP - M (FGV)	02/2017	0,72	5,39
INPC (IBGE)	01/2017	0,42	5,44
INCC	02/2017	0,82	6,32
IPC-A (IBGE)	01/2017	0,38	5,34

SALÁRIO MÍNIMO ANO:
2017 - R\$ 937,00

TAXAS E CERTIFICADOS	MÊS	% MÊS	% ACUMULADO ANO
T.J.P. ANO	01/2017		7,50
SELIC META			12,25
TR	02/2017	0,15	0,35
CDI MENSAL	02/2017	0,86	1,96

OURO E PETRÓLEO	FECHAMENTO	DATA	HORÁRIO
OURO GOLD (Onça Troy)	USD 1.201,90	15/03/2017	17:25
PETRÓLEO BRENT	USD 47,72	15/03/2017	17:25

BOLSA MUNDIAL	PONTOS	%	FECHAMENTO
IBOVESPA (BR)	66.116,38	2,19	
DOW JONES (EUA)	20.955,53	0,57	
S&P 500 (EUA)	2.365,45	0,74	cotação do dia anterior até 17h45min
NASDAQ (EUA)	5.903,98	0,81	
DAX 30 (ALE)	12.009,87	0,18	
FTSE 100 (GBR)	7.368,64	0,15	

Editorial

Um dia para decidir o futuro



Em suma, aos moldes do que está posto, e mesmo com a necessidade de melhorias na infraestrutura da BR, o plano do governo federal é danoso.

A audiência de hoje é o momento para expor a posição do Vale quanto ao plano de concessão de pedágios da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Da primeira reunião, a audiência de **Porto Alegre** no dia 16 de fevereiro, até o encontro da comitiva regional com o ministro dos Transportes, Mauricio Quintella Lessa, houve avanços consideráveis.

O primeiro foi conseguir unificar o discurso dos líderes locais. Na primeira audiência, ficou clara a falta de uma estratégia local. Os discursos confundiram os técnicos da ANTT. Em um momento, se admitia a instalação dos pedágios desde que revendo pontos e valores, em outro, a volta dos pedágios na BR-386 não podia ser admitida.

Em Brasília, na audiência prevista como a derradeira antes do lançamento do edital de privatização, ocorrida no dia 23 de fevereiro, houve uma melhor explicação sobre o que o Vale deseja. Na ocasião, a ANTT também confirmou o encontro de hoje.

Parte-se para a reunião com sinalizações importantes do ministro. Talvez a mais expressiva seja a antecipação do início da duplicação até **Irai** a partir do segundo ano de concessão. Também foi abordada a possi-

bilidade de adiar a abertura da licitação para escolha da empresa que explorará o pedágio por 30 anos.

Os avanços foram possíveis graças à pressão imposta pelos atores locais. Pela atuação de parlamentares, prefeitos e do Codevat. Aspectos que devem ser comemorados, mas, nem por isso, se pode baixar a guarda. Na própria reunião com o ministro Lessa, um comentário deixou os líderes locais em alerta. Uma possível mudança em uma das praças entre **Soledade** e **Tio Hugo** pode resultar em

mais uma tarifa dentro do Vale do Taquari. Algo descabido e inaceitável, como os próprios participantes do encontro frisaram.

Cabe uma ressalva. O que se esperava ouvir do ministro? E que garantias se tem de que as palavras dele serão mantidas? Essas perguntas consideram a função política do integrante do governo federal, que deixa o cargo no próximo ano, ou até mesmo antes, dependendo do julgamento das contas de campanha da chapa Dilma/Temer.

Da forma como está o plano, é um excesso ter quatro praças em pouco mais de 100 quilômetros da rodovia. Traz, como já dito neste espaço, um impacto negativo em toda a economia regional. Repercute na instalação de empresas, nos custos de logística e na capacidade de competição das organizações locais.

Os prejuízos também impactam sobre a vida dos trabalhadores. Além da cobrança nas estradas – tendo em vista que já existem pedágios em rodovias estaduais que circundam a região – também haverá um impacto no custo de vida, pois o aditivo nas operações logísticas será repassado aos consumidores.

Em suma, aos moldes do que está posto, e mesmo com a necessidade de melhorias na

infraestrutura da BR, o plano do governo federal é danoso. O texto não contempla as particularidades da região. Institui na BR-386 dois pedágios de Lajeado a Porto Alegre, em um local onde a pista já está duplicada. Inclusive paga com dinheiro público. Para a concessionária ficaria o bônus. Explorar uma rodovia pronta.

Na audiência de hoje, se abre mais uma oportunidade, essa singular, visto que será específica para tratar daquilo que atinge diretamente a região. Uma chance para toda a sociedade, para entender o que foi proposto.

O ideal seria não precisar de pedágio, sem dúvida. Caso houvesse uma gestão competente dos recursos públicos. Uma realidade utópica. Mais uma vez, a conta da incompetência nas instâncias públicas recai sobre o contribuinte. Além da Cide, do IPVA e dos demais impostos, precisará pagar para se locomover.

Ao que parece, a volta dos pedágios na BR é iminente. Mas a privatização só fará sentido se for organizada de uma maneira clara, com contrapartidas na manutenção, nas obras de melhoria viária em prazos menores e com tarifas condizentes com a realidade econômica e em uma média daquilo que é cobrado em outros estados.

Nota de esclarecimento

Governo de Lajeado

Reajuste do funcionalismo

A respeito da afirmação publicada ontem nos jornais de que a Administração Municipal de **Lajeado** apresentou proposta de reajuste aos servidores abaixo do índice de inflação, é importante ressaltar que:

• A inflação medida pelo IPCA nos 12 meses entre fevereiro de 2016 e janeiro de 2017 foi de 5,35%, exatamente o valor de reajuste proposto pela atual administração. Por isso, são incorretas as afirmações que sugerem que a atual proposta seja inferior à inflação.

• A administração municipal adotou e adotará como padrão para 2017 e para os próximos

quatro anos considerar, para efeitos de reajuste, o índice oficial de inflação do país, o IPCA, referente aos últimos 12 meses, sempre contados desde fevereiro do ano anterior até o mês janeiro do ano corrente. Isso se deve ao fato de que a data base para o reajuste, conforme o Estatuto dos Servidores, é o mês de março.

• A administração optou por utilizar o período de fevereiro do ano anterior a janeiro do presente (e não o período de março do ano anterior a fevereiro do presente) porque, como a proposta precisa ser encaminhada para aprovação da câmara de vereadores, não ha-

veria tempo hábil para se esperar a publicação do índice de fevereiro, o que ocorre apenas na segunda semana de março. Ressalte-se que, caso o índice padrão adotado pela administração fosse o dos últimos 12 meses entre março de 2016 e fevereiro deste ano, o valor ficaria em 4,76% este ano, já que o índice oficial de inflação vem decrescendo nos últimos meses.

• Utilizar como parâmetro justamente os últimos 12 meses e não a inflação do ano anterior é uma forma de dar mais segurança tanto ao empregador quanto ao empregado, evitando assim que oscilações ocorridas no mês

de janeiro prejudiquem o cálculo e consequentemente a reposição.

• Para ter acesso aos índices IPCA, acesse www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp (procure o índice I.10).



Opositores impedem votação de reajuste
Assessoria opõe veto de Conselho do ano passado

Uma reunião do Conselho Municipal de Lajeado, no dia 15 de março, foi marcada por uma tensão política. O projeto de lei que prevê o reajuste salarial dos servidores públicos municipais, aprovado em dezembro de 2016, não pôde ser votado. O motivo: a assessoria jurídica do município alega que o projeto não está de acordo com o que foi decidido no Conselho Municipal no ano passado.

O projeto de lei, que prevê o reajuste de 5,35% para os servidores públicos municipais, foi aprovado em dezembro de 2016. No entanto, a assessoria jurídica do município alega que o projeto não está de acordo com o que foi decidido no Conselho Municipal no ano passado. O projeto não pôde ser votado, pois a assessoria alega que o projeto não está de acordo com o que foi decidido no Conselho Municipal no ano passado.



Rodrigo Martini

martini.jornal@gmail.com
lentem.wordpress.com

O silêncio de hoje. O silêncio de ontem II

Já escrevi sobre assunto semelhante. Mas como as incoerências são atualizadas a cada novo movimento do prefeito da vida, nunca é demais voltar ao tema. E a forma como sindicatos agem diante do reajuste salarial dos servidores de Lajeado, tal como a preocupação da nova oposição diante de temas até então irrelevantes intrigam quem ainda acredita na boa política.

Iniciemos pelos sindicatos. Lembro bem o início de março de 2016. Naquele mês, o então prefeito de Lajeado, Luis Fernando Schmidt, do PT, indicava um reajuste de 6,8% no salário dos servidores públicos municipais. O número surgiu como uma afronta. A partir de tal anúncio, o gestor viveu em pé de guerra com alguns funcionários.

Incididos pelos representantes sindicais, professores da rede municipal e outra dezenas de servidores foram às ruas. Duas semanas após o anúncio da proposta, a peleia ainda era grande. Debaxo de uma chuva torrencial, funcionários públicos organizaram manifestação na entrada da prefeitura. Repito: debaixo de chuva!

Dias depois, tomaram os assentos da câmara legislativa para impedir que os vereadores aprovassem tal afronta. Lembro bem. A indignação era tanta que não foram poucas as ameaças de paralisação total por parte das categorias. Houve, até, um pequeno

“
O mesmo
silêncio de hoje
vale para a
contratação de
consultorias.”

momento de greve. Algo raro – e talvez inédito – na história do município.

No fim, depois de muitos confrontos e até supostas ameaças de processos administrativos contra as sindicalistas mais fervorosas, e após mais um grande desgaste sofrido pelo então prefeito junto à comunidade e aos servidores, os sindicatos aceitaram a proposta de 8% de aumento, valor ainda inferior à inflação do ano anterior, de 10,67%.

Pois bem. Um ano depois e o governo municipal volta a apresentar uma proposta inferior à inflação. A diferença é um pouco menor, sim. Mas, a inferioridade da sugestão do atual prefeito, Marcelo Caumo, em relação ao famoso índice persiste. E qual foi a reação dos mesmos sindicatos: nenhuma. O índice proposto foi aceito de imediato. Sem esperneio. Sem manifestação na chuva.

É, no mínimo, estranho. É, no mínimo, incoerente por parte de

quem se diz “representante” de uma classe. Parece, por vezes, que tal representatividade obedece a outras questões, que não a vontade da maioria. Se atentam, talvez, a questões ideológicas. Ou são coordenadas puramente por questões partidárias, quem sabe.

O mesmo silêncio de hoje vale para a contratação de consultorias. Schmidt, tal como no episódio do reajuste salarial, foi crucificado em praça pública após contratar – sem licitação – um consultor de Minas Gerais com especialização em Gestão Pública. Caumo, no início deste mês, fez o mesmo: contratou, sem licitação, um consultor do Paraná, especialista em Plano Diretor.

E qual foi a reação de quem berrou contra os contratos sem licitação firmados pelo PT?

Da mesma forma, vereadores que antes abraçavam e defendiam qualquer ação do governo petista enfim acordaram de um sono profundo. E, diante das primeiras ações do novo prefeito, assumem – ou voltam a assumir – as dores e as desconfianças da sociedade.

Não estou julgando tais contratos de consultoria. Se os serviços trazem benefícios, que assim seja. E se o reajuste proposto é o único possível, paciência. Mas tanta incoerência incomoda. E justamente por não existir algo de novo no front, a tal “nova política” ainda é desanimadora.

Uma chance de duplicação

A sociedade do Vale precisa participar. A audiência pública de hoje, em Lajeado, sobre a concessão da BR-386, é a chance para apresentarmos nossas reivindicações. É o momento de evitarmos um contrato igual àquele assinado em 1998, que pouca – ou quase nenhuma – melhoria trouxe ao traçado da rodovia. Só espero que o encontro não vire palanque de políticos desinformados.

Direito Civil | Direito Militar
Direito Público | Direito Previdenciário

SCUSSEL
ADVOGADOS

Antônio Scussel - OAB/RS nº 97.977
Manoela B. Scussel - OAB/RS nº 103.545

51 3748-1330
scussel.advogados@gmail.com

Tiro Curto

- A Unidade de Controle Interno de Lajeado troca de coordenador. O prefeito dispensou do cargo a servidora, Maria Lisabete Wathier Sehn, e anunciou Adriano de Carvalho Lima no lugar dela. Ele é fiscal fazendário na prefeitura;

- Moradores do bairro Boa União, em Estrela, voltam a reclamar do tráfego de veículos no início da Rota do Sol. Uma área já foi desapropriada pelo governo municipal faz mais de cinco anos para criação de uma rótula. Mas essa ainda teima em não sair do papel;

- Ainda em Estrela, motoristas cobram melhorias na sinalização e nas condições da via que passa sob o viaduto da BR-386 – próximo à linha férrea. Com a abertura do supermercado Atacadão, o movimento aumentou naquele ponto;

- A gincana de Arroio do Meio – antiga The Horse – deve custar mais de R\$ 40 mil aos cofres do município. Só a empresa contratada para montar as 25 tarefas receberá cerca de R\$ 18 mil. O governo tenta parceria com rádio local para economizar na divulgação;

- O supermercado Dia% informa que reembolsará consumidores que compraram leite UHT integral vendido pela rede e que é enviado pela Laticínios Rancho Belo, empresa com sede em Travesseiro, e que foi alvo da 12ª fase da Operação Leite Compensado, do MP;

- Justa a homenagem da Assembleia Legislativa do Estado ao juiz, Luis Antônio de Abreu Johnson, e ao empresário, Léo Katz. Ambos foram destaques na luta pela construção do presídio feminino. Resta, ao governo estadual, dar melhores condições de trabalho aos agentes penitenciários;

*Nada é tão admirável em política
quanto uma memória curta.*

John Galbraith

Mercado ambulante em Lajeado

Interessante a ação de secretários municipais de Lajeado. Ao convidarem, pessoalmente, alguns ambulantes para uma audiência na prefeitura sobre a venda de produtos em espaços públicos, eles tratam a questão de forma mais humana. Ao menos é o que parece, em uma primeira e ainda rasa análise.

Lembro das perseguições em anos anteriores. Tanto na gestão passada, como em governos do próprio PP. Senegaleses, nordestinos, haitianos correndo dos fiscais como se fossem perigosos criminosos fugindo da polícia. Ilegal ou não, eles estão ali trabalhando. E como tal, merecem essa atenção demonstrada nesta semana.

Menos policiais na região

É inadmissível que, diante do aumento da criminalidade no Vale do Taquari, o governo do Estado resolva levar alguns dos poucos policiais militares da nossa região para reforçar a segurança da capital gaúcha. Se-

rão pelo menos 15 profissionais realocados de forma temporária. Um descalabro. Uma afronta. O policiamento ostensivo, mesmo com todos os problemas da BM, ainda é primordial para garantir segurança.

Comitê gestor **escolhe** novos integrantes

Depois de quatro anos, Ítalo Reali se afasta da presidência e José Bulle assume

Lajeado

O advogado e ex-secretário da Fazenda, José Carlos Bulle, é o novo presidente do Comitê Gestor do Plano de Revitalização do Centro Histórico de Lajeado. Ele foi eleito na semana passada, em conjunto com o publicitário Matheus Weimer dos Santos, que ocupará o cargo de vice-presidente.

Ambos são representantes dos moradores do centro. O restante da diretoria é formado por integrantes das secretarias da administração municipal e de entidades empresariais da cidade, que são indicados.

“Vamos continuar o trabalho que já vinha sendo realizado. Queremos trabalhar em reivindicações já feitas, mas que ainda não foram atendidas”, afirma Bulle.

Uma delas é a implementação de incentivos fiscais a proprietá-

rios de prédios históricos. O projeto já foi aprovado e coordenado pela Secretaria de Cultura e Turismo, mas ainda precisa ser regula-



“Queremos trabalhar em reivindicações já feitas, mas que ainda não foram atendidas”

José Carlos Bulle,
novo presidente do Comitê



Reali se afasta do comitê. Para ele, houve melhorias, como nos belvederes

mentado pelo município.

“O recurso que deixa de ser usado para a tributação deve ser investido na recuperação do imóvel. Hoje, a maioria está em estado de abandono”, lamenta Bulle.

Projeto na orla do rio

Outra meta é dar continuidade ao projeto da orla marítima do Rio Taquari, feito por estudantes da Univates. “É um espaço de beleza natural, que pode ser melhor aproveitado pela população. Precisamos dar andamento a isso”, considera.

A segurança também não deixa de ser prioridade para o comitê, houve melhorias, mas ainda deve buscar avanços, em especial para reduzir o consumo de drogas nas praças da Matriz e Chafariz.

Outras diretrizes da nova diretoria ainda devem ser estabelecidas. A primeira reunião ocorre no dia 11 de abril.

Ítalo Reali passa o cargo

O posto assumido por Bulle era ocupado por Ítalo Reali há quatro anos. Anunciado como

assessor especial do gabinete do prefeito no início deste ano, Reali decidiu deixar o cargo, mas continuará participando do comitê como morador do centro.

Reali cita como conquistas importantes de sua gestão as reformas nas praças da Matriz e do Chafariz, nos belvederes, a criação de estacionamentos e a liberação para construções em cem metros, a partir da orla do Rio Taquari.

“Acredito que já conseguimos melhorar muita coisa, dar vida a espaços abandonados. Mas ainda é preciso muito mais”, afirma. O projeto de junção do campo do São José ao Parque Professor Theobaldo Dick seria uma dessas prioridades.

Assim como a devolução ao município do prédio da antiga agência dos Correios, pelo governo federal, para instalação de entidades culturais ou secretarias municipais.

**LUZ,
CÂMARA
AÇÃO!**

Uma luz sobre as ações
da Câmara de Lajeado

**Audiência Pública
acontece hoje
em Lajeado!**

CONCESSÃO DA BR-386



EM DISCUSSÃO

Hoje realiza-se no teatro da Univates a Audiência Pública da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, referente à questão dos pedágios na região. Está em discussão o plano de concessão de rodovias federais do Rio Grande do Sul, inclusive da BR-386, também conhecida como a Estrada da Produção do estado, tão importante para o deslocamento e logística produtiva do Vale do Taquari.

ATUAÇÃO DA CÂMARA



REPRESENTAÇÃO

No edital da ANTT estavam previstas duas audiências públicas, realizadas em Porto Alegre e Brasília. Nestas, o legislativo lajeadense participou de forma significativa, requisitando a realização de uma audiência em Lajeado, onde os interessados daqui pudessem participar e serem ouvidos neste assunto tão relevante para a nossa comunidade. Conseguimos ter a nossa solicitação atendida!

AUDIÊNCIA PÚBLICA



PARTICIPAÇÃO

Com a confirmação da audiência, líderes, empresários e usuários puderam mobilizar-se e discutir o que deve ser pleiteado hoje! A realização da audiência em Lajeado é um avanço, mas precisamos que a comunidade se faça presente reforçando as reivindicações dos nossos representantes na luta pelos interesses da nossa região! Todos podem participar, se inscrever e se manifestar! Compareça!

COMPAREÇA NA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA ANTT | HOJE | Teatro Univates | das 14h às 18h

Fone: 51 3982.1154 | www.cmlajeado.rs.gov.br | TV Câmara - Canal 16 da NET | [@camaralajeado](https://www.instagram.com/camaralajeado) | [f camaralajeado](https://www.facebook.com/camaralajeado)



**CÂMARA DE
VEREADORES**